

EXECUÇÃO FISCAL NA PRÁTICA



EDUARDO LUCHESI - Professor

Graduado em Direito pela Universidade Paulista. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca (UNIFRAN - SP). Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Mestrando em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC - RS). Foi procurador jurídico do IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública. Exerceu a função de consultor jurídico e supervisor de consultoria do Instituto Gamma de Assessoria à Órgãos Públicos - IGAM. Foi consultor jurídico da Borba, Pause & Perin - Advogados, sociedade profissional especializada em consultoria de direito público aos Municípios do Rio Grande do Sul e outros Estados da Federação. Docente integrante do quadro de instrutores técnicos da DPM Educação Ltda., empresa especializada na capacitação e formação de servidores públicos municipais. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em direito administrativo, constitucional e tributário.



Lei Federal 6.830/80

Defeitos

- descodificação
- instituição de privilégios exagerados

Art. 1º A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Inexistência de sentença na execução fiscal.

Execução fiscal e coisa julgada

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO - INTEMPESTIVIDADE - COISA JULGADA - A coisa julgada administrativa não obsta ao acesso ao Judiciário, por expressa disposição constitucional, porém é vinculante para a Administração que, contudo, é competente para aferir a legalidade de seus atos. Desta forma, exarada decisão definitiva pela esfera competente, não havendo recurso tempestivo ao órgão superior, é defeso à Administração alterar seu posicionamento. Sentença de procedência mantida em sua integralidade. Vencido o Juiz Relator quanto à verba honorária. (TRF4ª R. - REO-MS 1999.04.01.014064-1 - PR - 2ª T. - Relª p/Ac. Juíza Tânia Terezinha Cardoso Escobar - Maioria - DJU 07.02.2001)

AÇÃO ANULATÓRIA. EMBARGOS DO DEVEDOR. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. 1. Somente se admite a propositura de ação anulatória contra débito em execução quando os embargos não foram opostos ou não foram apreciados no mérito, não sendo o caso dos autos, em que os embargos do devedor foram julgados improcedentes. 2. A sentença transitada em julgado nos embargos à execução fiscal reconheceu a eficácia jurídica do título executivo extrajudicial, reputando-se deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor ao acolhimento do pedido (art. 474 do CPC). 3. Em face da coisa julgada daquela sentença, não pode o Autor pretender a desconstituição da dívida mediante o ajuizamento da ação anulatória, ainda que sob fundamentos diversos. 4. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte. (TRF4ª R. - AC 2002.71.08.015219-4/RS - 2ª T. - Rel. Des. Fed. Dirceu de Almeida Soares - DJU 18.05.2005)

Art. 2º Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não-tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1º Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei às entidades de que trata o art. 1º, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.

§ 2º A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não-tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

§ 3º A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

§ 4º A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.

§ 5º O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

- I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
- II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
- III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
- IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
- V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e
- VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 6º A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 7º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 8º Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

§ 9º O prazo para a cobrança das contribuições previdenciárias continua a ser o estabelecido no art. 144 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

CPC

CTN

Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Lei 4320/64

Art. 39 - Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não-tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Caput com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20.12.1979)

§ 1º Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20.12.1979)

§ 2º Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa Não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20.12.1979)

§ 3º O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20.12.1979)

§ 4º A receita da Dívida Ativa abrange os créditos mencionados nos parágrafos anteriores, bem como os valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo de que tratam o Art. 1º do Decreto-lei número 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o Art. 3º do Decreto-lei número 1.645, de 11 de dezembro de 1978. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto-Lei nº 1.735, de 20.12.1979)

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - DESCLASSIFICAÇÃO DE AUTÔNOMOS - FALTA DE REGISTRO - INOCORRÊNCIA DE INFRAÇÃO PUNÍVEL - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA EXECUÇÃO - I - A empresa que contrata serviços de autônomos está impossibilitada de registrá-los como empregados, em virtude de uma incompatibilidade material e conceitual, pois o trabalhador, ou será autônomo, ou será empregado, nunca as duas coisas. Diante disso, deixar de registrar o autônomo como empregado, ainda que a fiscalização do INSS o considere como tal, não constitui infração punível, pelo fato em si. Por isso, com muita sabedoria, a Ordem de Serviço/INSS/DAF nº 081, de 04.08.93, dispõe no item 26 que "não caberá a lavratura de AI por segurado não inscrito no caso de descaracterização de autônomo inscrito na Previdência Social". II - A certidão da dívida ativa constitui título executivo puramente formal, pois a materialidade deste provém do processo administrativo, onde o crédito adquire a presunção de liquidez e certeza. No caso sob exame, a inexistência de infração punível implica nulidade do processo administrativo, e esse vício contamina irremediavelmente o título executivo, irradiando-se para a própria execução fiscal, que se torna igualmente nula. III - Apelação a que se dá provimento. (TRF4ª R. - AC 97.04.09825-1 - SC - 4ª T. - Rel. Juiz Zuudi Sakakihara - Unânime - DJU 14.06.2000)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INDICAÇÃO ERRÔNEA DO DEVEDOR. NULIDADE DA CDA. ARTS. 2º, § 5º, E 3º DA LEI Nº 6.830/80 E 202 E 203 DO CTN. I - A legislação tributária obriga a correta indicação do devedor na CDA, sob pena de sua nulidade, o que viabiliza a refutação da sua presunção de liquidez e certeza. II - In casu, consta como devedor na Certidão de Dívida Ativa, assim como na inicial da execução fiscal, a Prefeitura de Sapucaia do Sul/RS. No entanto, a citação da ação executória foi dirigida ao Hospital Getúlio Vargas. III - Nula, portanto, a Certidão de Dívida Ativa, devendo ser extinta a ação de execução fiscal. IV - Recurso especial improvido. (STJ - RESP 264873-RS - PROC 2000/0063541-3 - 1ª T. - Rel. Min. Francisco Falcão - DJU 03.11.2004, p. 135)

DIREITO TRIBUTÁRIO. IPTU. EXECUÇÃO FISCAL. CDA. DISPOSIÇÕES DO ART. 2º, § 8º, DA LEI Nº 6.830/80. 1 - Nula a CDA que engloba num mesmo valor vários exercícios fiscais, com violação à regra do art. 202 do CTN. 2 - Havendo previsão legal de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, antes da extinção da ação, por nulidade formal do título é de ser assegurada ao exeqüente oportunidade para substituí-la (art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/80 c/c art. 616 do CPC). RECURSO PROVIDO EM PARTE. (TJRS - AC 70013075585 - 21ª C.Cív - Rel.ª Des.ª Liselena Schifino Robles Ribeiro - J. 06.10.2005)

•EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. NULIDADE. EMENDA OU SUBSTITUIÇÃO. PREVISÃO LEGAL. 1. É nula a certidão de dívida ativa que abrange vários exercícios sem discriminar o valor de cada um deles. 2. Havendo previsão legal de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, antes da extinção da ação por nulidade formal do título é de ser assegurada ao exeqüente oportunidade para substituí-la. Artigo 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/80 c/c art. 616 do CPC. Recurso provido, em parte, por ato do Relator. Art. 557 do Código de Processo Civil. (TJRS - AC 70013856398 - 22ª C.Cív - Rel. Des. Maria Isabel de

Excesso de execução - ocorre quando a Fazenda Pública exige verba não prevista na Certidão de Dívida Ativa, e também quando a própria inscrição inclui parcela exorbitante do crédito a que realmente corresponde o direito da exequente (Humberto Theodoro Júnior).

EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. FGTS. EXCESSO DE PENHORA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA NÃO ILIDIDA. 1. A alegação de excesso de penhora é matéria que enseja a abertura de incidente a ser apreciado nos autos da execução após a avaliação do bem, nos termos do artigo 685 do CPC. Apelação parcialmente conhecida. 2. A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. Artigo 204 do CTN e artigo 3º da LEF. 3. A presunção relativa da inscrição deve ser combatida por prova em contrário inequívoca, clara e evidente, não bastando o executado alegar a inexistência do fato gerador ou afirmar que houve a realização do pagamento. 4. Validade do título executivo que se originou de legítimo procedimento administrativo, no qual se constatou o inadimplemento do devedor por não ter recolhido as contribuições para o FGTS. 5. Apelação parcialmente conhecida e improvida. (TRF3ª R. - AC 541206 - PROC. 199903990995555 - 1ª T. - Rel. Des. Fed. Vesna Kolmar - DJU 29.11.2005).

Liquidez e certeza da dívida ativa - A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, só elidida por prova irrefutável.

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. CERTIDÃO DE DÍVIDA. 1. Constando o nome do sócio-gerente na certidão de dívida ativa tendo ele tido pleno conhecimento do procedimento administrativo da execução fiscal, responde solidariamente pelos débitos fiscais, salvo se provar a inexistência de qualquer vínculo com a obrigação. 2. Presunção de certeza e liquidez da certidão da dívida ativa. 3. Ônus da prova da isenção de responsabilidade que cabe ao sócio-gerente. 4. Precedentes: REsp 330.518/RS, 2ª Turma; REsp 278.741/SC, 2ª Turma; REsp 624.017/RS, 2ª Turma, entre outros. 5. Agravo regimental provido. Em seguida, recurso especial do INSS conhecido e provido, por a matéria ter jurisprudência assentada de modo predominante na linha seguida. (STJ - AgRg-REsp 627993 - RS (2003/0230410-7) - 1ª T. - Rel. Min. José Delgado - DJU 13.06.2005).

Atualização monetária não altera o valor da dívida expressa na CDA, que conserva os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade (STJ, 1ª Turma REsp. 120.265-DF). Sem prejuízo, portanto, da liquidez e certeza do débito, a lei que reduz multa tributária (moratória ou punitiva) “retroage para atingir penalidades já em cobrança executiva” (STJ, Resp 180.332 - SP).

Reabertura do prazo de embargos ao executado.

Admitida a substituição, o juiz ordenará abertura de vista ao devedor, pelo prazo de trinta dias (prazo de embargos), a fim de que este possa adaptar sua defesa ao novo título executivo surgido nos autos.

E se a única matéria que se discutia era nulidade do título?

Para apreciar e impugnar a nova certidão, o executado não precisa propor novos embargos à execução; simplesmente aditará seus embargos ainda pendente de julgamento.

Tal doutrina porém, nos dias atuais não vem sendo aplicada, deduzindo-se a interposição

EXECUÇÃO FISCAL - INSS - FUNDAÇÃO PÚBLICA - IMPROPRIEDADE DE RITO - Visto como as fundações públicas, na esteira de remansosa jurisprudência do Pretório Excelso, atualmente são consideradas espécies do gênero autarquia, também gozam dos mesmos privilégios destas, inclusive o da impenhorabilidade dos seus bens, donde só poderem ser executadas pela Fazenda Pública de acordo com a sistemática contida no art. 730 do CPC, combinado com o art. 100 da Constituição Federal; afastado, pois, o rito da Lei 6.830/80. (TRF4ª R. - AC 95.04.41527-0 - SC - 2ª T. - Rel. Juiz Luiz Carlos de Castro Lugon - J. 27.06.1996) (Ref. Legislativa: CF, art. 100; CPC, art. 730).

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉ RITO. ARTIGO 267, III E § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTIMAÇÃO PESSOAL. 1. Na sistemática da Lei Adjetiva Civil, a extinção do processo sem julgamento do mérito, em decorrência de abandono da causa, depende de prévia intimação pessoal do autor. Inteligência do artigo 267, III e § 1º, do CPC. 2. Não tendo sido intimado pessoalmente o representante judicial da Fazenda Pública, a fim de que suprisse a falta que se lhe imputara, inviável o reconhecimento do abandono da causa. (TRF4ª R. - AC 2001.71.00.041301-7/RS - 1ª T. - Rel. Des. Fed. Wellington M de Almeida - DJU 06.04.2005)

•PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - CONCURSO DE PREFERÊNCIA (ART. 29, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEF - LEI 6.830/80) 1. No concurso de preferência que se instaura entre órgãos públicos garantidos com o privilégio do art. 187 do CTN, deve-se estabelecer a contenda à vista de um processo determinado e de uma penhora instituída em favor de um e ambicionada por outro órgão. 2. Adjudicado o bem penhorado indicado como o móvel do concurso, não pode o juiz, de ofício, garantir a preferência para futuras penhoras. 3. A LEF não estabelece o rito do concurso de preferência, mas é intuitivo, pelo disposto no parágrafo único do art. 29, a forma de procedibilidade. 4. Recurso especial improvido. (STJ - REsp 555286 - MG - 2ª T. - Rel. Min. Eliana Calmon - DJ 15.08.2005 p. 242).

Art. 4º A execução fiscal poderá ser promovida contra:

I - o devedor;

II - o fiador;

III - o espólio;

IV - a massa;

V - o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado; e

VI - os sucessores a qualquer título.

§ 1º Ressalvado o disposto no art. 31, o síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, antes de garantidos os créditos da Fazenda Pública, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem, solidariamente, pelo valor desses bens.

§ 2º À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.

§ 3º Os responsáveis, inclusive as pessoas indicadas no § 1º deste artigo, poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

§ 4º Aplica-se à Dívida Ativa da Fazenda Pública de natureza não tributária o disposto nos artigos 186 e 188 a 192 do Código Tributário Nacional.

CTN

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Legitimação passiva é o procedimento administrativo que precede à inscrição que enseja a oportunidade para definir quem vem a ser o devedor principal, subsidiário ou co-responsável.

A individuação do devedor e dos eventuais co-responsáveis figura entre os requisitos do termo de inscrição.

PROCESSUAL - EXECUÇÃO FISCAL - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXCESSO DE MANDATO, INFRAÇÃO À LEI OU AO REGULAMENTO -

1. A responsabilidade do sócio não é objetiva. Para que exsurja a sua responsabilidade pessoal, disciplinada no art. 135 do CTN é mister que haja comprovação de que o sócio, agiu com excesso de mandato, ou infringiu a lei, o contrato social ou o estatuto. 2. Em recente julgamento a Corte decidiu que as contribuições para o FGTS não tem natureza tributária, por isso são inaplicáveis às execuções fiscais destinadas à cobrança dessas contribuições, as disposições do Código Tributário Nacional. 3. Precedentes. 4. Recurso improvido. (STJ - REsp 396275 - PR - 1ª T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 23.10.2002).

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO. FALÊNCIA. REDIRECIONAMENTO. 1. O comando do art. 40 da Lei 6.830/80, que prevê hipótese de suspensão da execução fiscal, pressupõe a existência de devedor que não foi localizado ou não foram encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora. 2. A insuficiência de bens da massa falida para garantia da execução fiscal não autoriza a suspensão da execução, a fim de que se realize diligência no sentido de se verificar a existência de co-devedores do débito fiscal, que implicaria em apurar a responsabilidade dos sócios da empresa extinta (art. 135 do CTN). Trata-se de hipótese não abrangida pelos termos do art. 40 da Lei 6.830/80 4. Recurso especial improvido. (STJ - REsp 718541 - RS - 2ª T. - Rel. Min. Eliana Calmon - DJU 23.05.2005 p. 251).



Necessidade de citação pessoal do sócio-gerente antes da penhora de seus bens particulares.

Responsabilidade dos sucessores e cônjuge meeiro.

Meação da mulher casada e co-responsabilidade tributária do marido.

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS DE TERCEIRO - DÍVIDA FISCAL POR ATO ILÍCITO - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE - MEAÇÃO DA MULHER - EXCLUSÃO - VIOLAÇÃO A PRECEITO DA LEI NÃO CONFIGURADA - PREQUESTIONAMENTO AUSENTE - SÚMULAS 282 E 356 STF - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA - LEI 8.038/90 E RISTJ, ART. 255 E PARÁGRAFOS - PRECEDENTES. - A meação da mulher só responde pelos atos ilícitos praticados pelo marido, sócio-gerente, quando ficar provado que ela foi beneficiada com o produto da infração, cabendo o ônus da prova ao credor. - Se o v. aresto hostilizado sequer mencionou a matéria abordada pelo preceito da lei civil invocado pelo recorrente como contrariado, e não foram opostos embargos de declaração suscitando a apreciação do tema, carece o recurso do requisito indispensável à sua admissibilidade, o prequestionamento. - Divergência jurisprudencial que desatende às determinações legais e regimentais que regulam a sua demonstração, não se presta ao fim proposto. - Recurso especial não conhecido. (STJ - RESP 279576 - 2000/0097979-1 - 2ª T. - Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 10.02.2003, p. 00180)

Direito do sócio à certidão negativa

TRIBUTÁRIO - SOCIEDADE LIMITADA - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO PELAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DA PESSOA JURÍDICA (CTN, ART. 135, III) - I. O sócio e a pessoa jurídica formada por ele são pessoas distintas (Código Civil, art. 20). Um não responde pelas obrigações da outra. II. Em se tratando de sociedade limitada, a responsabilidade do cotista, por dívidas da pessoa jurídica, restringe-se ao valor do capital ainda não realizado. (Dec. 3.708/1919 - Art. 9º). Ela desaparece, tão logo integralize o capital. III. O CTN, no inciso III do art. 135, impõe responsabilidade não ao sócio, mas ao gerente, diretor ou equivalente. Assim, sócio-gerente é responsável, não por ser sócio, mas por haver exercido a gerência. IV. Quando o gerente abandona a sociedade, sem honrar-lhe o débito fiscal, é responsável, não pelo simples atraso do pagamento. A ilicitude que o torna solidário é a dissolução irregular da pessoa jurídica. V. A circunstância de a sociedade estar em débito com obrigações fiscais não autoriza o Estado a recusar certidão negativa aos sócios da pessoa jurídica. VI. Na execução fiscal, contra sociedade por cotas de responsabilidade limitada, incidência de penhora no patrimônio de sócio-gerente, pressupõe a verificação de que a pessoa jurídica não dispõe de bens suficientes para garantir a execução. De qualquer modo, o sócio-gerente deve ser citado em nome próprio e sua responsabilidade pela dívida da pessoa jurídica há que ser demonstrada em arrazoadado claro, de modo a propiciar a ampla defesa. (STJ - REsp 141.516 - SC - 1ª T - Rel. Min. Humberto Gomes de Barros - DJU 30.11.1998)



Débitos dos sócios em outras empresas também não ensejam negativa do Fisco (STJ, Resp 73.760-ES, 4-6-98).

O sócio e a fraude a execução.

Benefício de ordem.

Embargos de Terceiro

SÚMULA TFR Nº 112 - Em execução fiscal, a responsabilidade pessoal do sócio-gerente de sociedade por quotas, decorrente de violação da lei ou excesso de mandato, não atinge a meação de sua mulher.

Curador especial ao devedor citado por edital. Artigo 9º, II do CPC?

•RECURSO ESPECIAL – PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL – EXECUTADO QUE NÃO COMPARECE EM JUÍZO – REVELIA – NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL – RECURSO DESPROVIDO – 1. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que é legítima a nomeação de curador especial no processo de execução, inclusive no de execução fiscal, em que a parte executada, citada por edital, não comparece em juízo, nos termos da Súmula 196/stj: "ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos. " 2. "A regra inserta no art. 9º, II, do CPC, deve ser interpretada em seu sentido finalístico, qual seja, zelar pelos interesses do réu citado por edital. Sem dúvida, o réu, seja no processo de conhecimento ou no de execução, tem constitucionalmente asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa" (AGRG nos ERESP 41.855/SP, 1ª seção, Rel. Min. José delgado, DJ de 21.9.1998). 3. Recurso Especial desprovido. (STJ – RESP 200400892148 – (685251 RS) – 1ª T. – Relª Min. Denise Arruda – DJU 02.08.2007 – p. 00342)

Art. 5º. A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

Exclusão dos juízos universais. É claro, todavia, a citação terá de ser feita sobre quem tenha capacidade processual para representar o morto, ou o falido, o insolvente etc.

A penhora também pode dar-se sobre direito do executado, que é objeto de ação em curso, ou sobre a cota de herança a que o executado faça jus, mas que é ainda objeto de inventário. Neste caso se dará no rosto dos autos e sua efetivação será no momento oportuno, sobre os bens que couberem ou forem adjudicados ao executado. Uma vez feita a penhora no rosto dos autos, o exeqüente poderá servir-se de três alternativas: aguardar o desfecho do litígio que, julgado a favor do executado, implicará a efetivação da penhora sobre os bens atribuídos a ele; tentar alienar o direito litigioso em hasta pública ou sub-rogar-se no direito do executado, tornando-se titular do direito litigioso, caso em que poderá requerer seu ingresso em juízo, substituindo o executado, respeitado o disposto no artigo 42, parágrafo 1º do CPC.

Afastamento da multa moratória.

Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Concurso de preferência.

Art. 6º. A petição inicial indicará apenas:

I - o juiz a quem é dirigida;

II - o pedido; e

III - o requerimento para a citação.

§ 1º. A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§ 3º. A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.

§ 4º. O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

Art. 7º. O despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para:

I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º;

II - penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito ou fiança;

III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar;

IV - registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, observado o disposto no artigo 14; e

V - avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

Art. 8º. O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

I - a citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma;

II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado; ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal;

III - se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por oficial de Justiça ou por edital;

IV - o edital de citação será afixado na sede do juízo, publicado numa só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 30 (trinta) dias, e conterá, apenas, a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo.

§ 1º. O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º. O despacho do juiz, que ordenará a citação, interrompe a prescrição.



Basta que se dê no endereço do devedor. Casos de empregado ou pessoa interposta.

Frustração da citação postal – embora o momento consumativo da citação seja o da entrega da carta no endereço do devedor, a eficácia do ato processual depende de sua comprovação nos autos, o que só pode operar através da juntada do AR.

Citação – edital após frustração da citação pessoal – citação ficta ou presumida. Fora do País – 60 dias. Não existe carta rogatória.

Finalidade da citação executiva. Dies a quo

Citação postal,

Citação por oficial de justiça,

Citação por edital.

Citação por meio eletrônico/aplicativos

E o artigo 40 da LEF?

O sócio e a interrupção da prescrição contra a pessoa jurídica

Conforme o art. 125, III, do CTN, c/c o art. 8º, § 2º, LEF, a prescrição atinge o responsável tributário pelo débito fiscal. Fenômeno integrativo responsabilidade tributária que não pode deixar ser reconhecido pelo instituto prescrição, sob pena se considerar não prescrito o débito para a e prescrito para o . Illogicidade não homenageada pela ciência .

Caso especial de suspensão da prescrição da dívida ativa.

Art. 9º. Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, o executado poderá:

I - efetuar depósito em dinheiro, à ordem do juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;

II - oferecer fiança bancária;

III - nomear bens à penhora, observada a ordem do artigo 11; ou

IV - indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.

§ 1º. O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.

§ 2º. Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º. A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.

§ 4º. Somente o depósito em dinheiro, na forma do artigo 32, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5º. A fiança bancária prevista no inciso II obedecerá às condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º. O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

Penhora ou garantia de execução.

Nomeação de bens à penhora.

Títulos da dívida agrária e outros títulos da dívida pública

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROVIMENTO DE PLANO COM SUPORTE NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. OFERECIMENTO DE BENS À PENHORA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. INVIABILIDADE. 1. É possível o julgamento liminar da matéria em questão, vez que já pacificada por esta Câmara e pelo STJ. Inteligência do art. 557, § 1º-A, do CPC. 2. Não são válidos como garantia da execução as apólices da dívida pública que remontam ao início do Século passado, por ilíquidos e prescritos os títulos. Inteligência dos artigos 11 da lei de execuções, 60, da lei nº 4.069/62, 655,II, e 682 estes do CPC. Não está a Fazenda Pública obrigada a aceitar garantias à execução que não tenham liquidez e certeza. Tais títulos constituem papéis sem valor de mercado, apenas encontrando abrigo nos chamados **mercados paralelos**. Provimento negado liminarmente. (Agravo de Instrumento Nº 70006224588, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 23/04/2003).

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – REEXAME DE PROVA – SÚMULA N. 7/STJ – TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA – NOMEAÇÃO À PENHORA – IMPOSSIBILIDADE – DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL – SÚMULA N. 83/STJ – 1. A controvérsia sobre a não-aceitação pelo credor dos bens oferecidos à penhora, em sede de execução fiscal, e a observância de que o processo executivo se dê de maneira menos gravosa ao devedor requerem atividade de cognição ampla por parte do julgador, com a apreciação percuciente das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial por força da Súmula n. 7 do STJ. 2. Os títulos da dívida agrária (tdas) não possuem cotação na bolsa, tornando, por isso, inviável a aferição de seu respectivo valor e, por conseguinte, a sua indicação para a penhora. Precedentes. 3. "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83/STJ). 4. Agravo regimental improvido. (STJ – AGA 200600044674 – (734198 RS) – 2ª T. – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJU 18.09.2007 – p. 00282).



Penhora

Penhora de máquinas e equipamentos.

Penhora pelo oficial de justiça.

Suficiência dos bens penhorados.

Arresto de bens do devedor não encontrado.

Depósito do bem penhorado

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. EMBARGOS. FALÊNCIA DA CONTRIBUINTE. RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES E DOS SÓCIOS. PENHORA SEM NOMEAÇÃO DE DEPOSITÁRIO. MANDADO QUE NA ADVERTÊNCIA OMITE O PRAZO PARA EMBARGAR. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. 1. **O fato de inexistir depositário, não gera a nulidade do ato, pois envolve simples defeito corrigível a qualquer momento, e nem interfere no juízo de admissibilidade dos embargos. Exegese dos arts. 665, IV, do CPC.** 2. **A advertência do devedor, quanto ao prazo para embargar, é ínsita à intimação da penhora. Assim, o fato de não constar, de modo expresse, no art. 16 da LEF, tal como no art. 669 do CPC, não significa esteja dispensada. Não cumprido tal requisito, não há falar em intempestividade dos embargos.** Precedentes do STJ. Voto Vencido. 3. Tratando-se débito de ICMS, portanto, tributário, e tendo sido decretada a falência da pessoa jurídica, a responsabilidade tanto pode decorrer da condição de sócio, uma vez tratando-se de sociedade de pessoas, como presume-se seja a limitada, inclusive evidenciado no caso concreto (CTN, art. 134, VII), quanto pela condição de administrador, por ato omissivo violador de norma legal (CTN, art. 135, III), como o é o não-repasse do tributo a quem de direito, cobrado do consumidor. Portanto, responsabilidade objetiva porque diferenciada daquela que decorre dos atos intra vires, em relação aos quais vigora a responsabilidade subjetiva. Voto Vencido. 4. Por maioria, preliminar rejeitada e apelo provido no mérito. Reexame prejudicado. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70006237598, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, Julgado em 24/09/2003).

Remoção de bens penhorados.

EXECUÇÃO FISCAL – REMOÇÃO DE BENS – 1. A remoção de bem penhorado resguarda não apenas os interesses do credor, mas também do devedor, impedindo a depreciação do bem, devendo, em todo caso, ser observadas as particularidades do caso concreto, pois, em determinados casos, a remoção dos bens poderia acarretar prejuízos irreparáveis à executada, sendo que tal procedimento é, sem dúvida, excepcional. 2. No caso dos autos, os veículos penhorados vem sendo mantidos com os cuidados necessários pelo depositário, não sendo razoável sua remoção antecipada. 3. Agravo provido para afastar a ordem de remoção dos bens. (TRF 4ª R. – AI 2006.04.00.035878-4 – 2ª T. – Rel. Des. Fed. Dirceu de Almeida Soares – DJU 21.03.2007).

Impenhorabilidade do imóvel residencial da família do devedor.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. **EXECUÇÃO FISCAL.** IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. **IMÓVEL** QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PARA A EX-ESPOSA E FILHAS. A Lei 8.009/90 protege o **imóvel residencial** do casal ou da entidade familiar, bastando a comprovação de sua utilização como residência da entidade familiar. Deve ser afastada a constrição sobre o **imóvel residencial**, destinado à residência da ex-esposa e filhas do devedor. Precedentes do TJRGS. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento Nº 70023277692, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 29/02/2008)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EMBARGOS DE TERCEIRO. ANULAÇÃO DE PENHORA. Quem alega ser dono do imóvel, não é terceiro, logo descabe opor a espécie de embargos objetivando excluir a penhora. Ademais, tratando-se de cobrança de IPTU, não há impenhorabilidade pelo fato de ser imóvel residencial (Lei 8009/90, art. 3º, IV). Apelação provida. (Apelação Cível Nº 70020162079, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, Julgado em 21/11/2007).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL RESIDENCIAL. BEM IMPENHORÁVEL. INEXSITÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO. Sendo o ex-marido da autora parte passiva na execução fiscal, por redirecionamento do feito na qualidade de sócio da empresa devedora, por óbvio que não detém ele legitimidade ativa para figurar como autor na ação de embargos de terceiro. Quem é parte não é terceiro. Sua meação, assim, deve ser defendida na ação de embargos do devedor, se for o caso. Agravo retido não provido. Sendo fato incontroverso que o bem imóvel, penhorado em execução fiscal movida pelo Estado contra o ex-marido da autora, está sendo por ela ocupado para fins de moradia residencial, desde a separação do casal, resta inadmissível a constrição. O imóvel residencial, neste compreendido o terreno e a construção, é impenhorável, estando ao abrigo da tutela e proteção legal. Incidência, à espécie, da Lei n.º 8.009/90, tornando insubsistente o gravame judicial. AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70021275961, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL – IMPENHORABILIDADE – IMÓVEL RESIDENCIAL – SOLTEIRO – PRECEDENTES – 1. Firmou-se entendimento nesta corte quanto à impenhorabilidade do imóvel residencial, ainda que solteiro seja o executado (ERESP 182.223/SP, corte especial, com voto vencedor da lavra do em. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 7/4/2003); 2. Agravo regimental improvido. (STJ – AGRESP 200400933882 – (672829 GO) – 4ª T. – Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa – DJU 04.12.2006 – p. 320).

EMBARGOS À EXECUÇÃO – PENHORA DE VAGA DE GARAGEM – IMPOSSIBILIDADE – VINCULAÇÃO À UNIDADE RESIDENCIAL – A penhora da vaga de garagem vinculada à imóvel impenhorável, somente será admissível quando houver registro individual e matrícula próprios, como unidade autônoma. Precedentes do STJ. (TJDFT – APC 20030110376946 – 5ª T.Cív. – Rel. Des. Dácio Vieira – DJU 17.11.2005 – p. 96).

Fraude à execução – Art. 185 CTN

Penhora de bens cedularmente gravados.

Penhora de faturamento diário. O STJ admite (RMS 3.269-8-SP. 17-10-1994).

Penhora de dinheiro.

Sigilo bancário.

SIGILO BANCÁRIO – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BACEN – EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA – SÚMULA Nº 7/STJ – 1. O STJ firmou o entendimento de que a quebra do sigilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente é admitida apenas excepcionalmente, após restarem esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extrajudicial. 2. Tendo o Tribunal de origem se apoiado no conjunto fático-probatório dos autos para concluir que não restou configurada a excepcionalidade de esgotamento das tentativas de obtenção de dados pela via extrajudicial, não cabe ao STJ, em sede de recurso especial, alterar tal entendimento para determinar a expedição de ofício ao Banco Central, visto que implicaria o reexame de provas, o que é vedado em face do óbice contido na Súmula nº 7/STJ. 3. Recurso especial não conhecido. (STJ – REsp 2003/0079071-1/RS – (546.064) – 2ª T. – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJU 06.12.2006)

Art. 12. Na execução fiscal, far-se-á a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.

§ 1º. Nas comarcas do interior do Estado, a intimação poderá ser feita pela remessa de cópia do termo ou do auto de penhora, pelo correio, na forma estabelecida no artigo 8º, I e II, para a citação.

§ 2º. Se a penhora recair sobre imóvel, far-se-á intimação ao cônjuge, observadas as normas previstas para a citação.

§ 3º. Far-se-á a intimação da penhora pessoalmente ao executado se, na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal.

Intimação pela imprensa eletrônica em comarcas do interior.

Intimação dos demais atos do processo. CPC arts. 236 e 237, I e II)

Quando o contribuinte obtém sucesso no ataque ao crédito tributário, a importância depositada cautelarmente deve ser-lhe devolvida "monetariamente corrigida" (STJ, 1ª T, RMS 5.811-5-PE, Rel. Min. DEMÓCRITO REINALDO, ac. 10.12.1996, DJU 10.03.1997, p. 5.895).

Mas se ocorre o insucesso da ação principal, a simples existência do depósito cautelar não tem a força de eximir o contribuinte da responsabilidade pelos juros de mora, do acréscimo devido nos termos do art. 161 do CTN, e da correção monetária (STJ, 1ª T, REsp. 19.567-0-SP, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, ac. 08.04.1992, DJU 01.06.1992, p. 8.030).

Art. 13. O termo ou auto de penhora conterá, também, a avaliação dos bens penhorados, efetuada por quem o lavrar.

§ 1º. Impugnada a avaliação, pelo executado, ou pela Fazenda Pública, antes de publicado o edital de leilão, o juiz, ouvida a outra parte, nomeará avaliador oficial para proceder a nova avaliação dos bens penhorados.

§ 2º. Se não houver, na comarca, avaliador oficial ou este não puder apresentar o laudo de avaliação no prazo de 15 (quinze) dias, será nomeada pessoa ou entidade habilitada, a critério do juiz.

§ 3º. Apresentado o laudo, o juiz decidirá de plano sobre a avaliação.

TRIBUTÁRIO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO – AUSÊNCIA DE DÚVIDA FUNDADA QUANTO AO VALOR ATRIBUÍDO AO BEM – PRECLUSÃO –

1. Não havendo fundada dúvida acerca do valor atribuído ao bem penhorado (art. 683, III, do CPC), deve ser rejeitada a pretensão de reavaliação. 2. A apresentação de declarações firmadas por corretor de imóveis, atribuindo valor ao bem, mediante mera aferição comparativa, sem a indicação de critérios objetivos de avaliação, não afasta a higidez da aferição realizada pelo oficial de justiça, a partir de dados técnicos e de mercado, e da constatação física das condições do imóvel. 3. **Ademais, a impugnação da avaliação não deve ser admitida após a publicação do edital de leilão (art. 13 da Lei nº 6.830/80).** (TRF 4ª R. – AI 2007.04.00.016247-0 – 1ª T. – Relª Desª Fed. Taís Schilling Ferraz – DJU 11.09.2007)

O oficial de justiça é terceiro equidistante das partes, designado por Lei para realizar a avaliação dos bens penhorados, nos termos do art. 13 da Lei nº 6.830/80, de modo que a sua avaliação deve prevalecer sobre a avaliação produzida unilateralmente pela parte.

DECISÃO

Não prospera a execução fiscal (sic) proposta pelo _____, ora apelante, tendo em vista que a avaliação de imóvel realizada pelo executado/apelado (oficial de justiça), por ocasião da lavratura de auto de penhora, não constitui exercício ilegal da profissão. Art. 13 da Lei nº 6.830/80.

Art. 14. O oficial de Justiça entregará contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro de que trata o artigo 7º, IV:

I - no Ofício próprio, se o bem for imóvel ou a ele equiparado;

II - na repartição competente para emissão de certificado de registro, se for veículo;

III - na Junta Comercial, na Bolsa de Valores, e na sociedade comercial, se forem ações, debênture, parte beneficiária, cota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo.

Sempre que possível haverá o registro da penhora por diligência do próprio oficial de justiça, com base em contrafé do mandado executivo e cópia do termo de penhora, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas (art. 7º, IV)

Art. 15. Em qualquer fase do processo, será deferida pelo juiz:

I - ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária; e

II - à Fazenda Pública, a substituição dos bens penhorados por outros, independentemente da ordem enumerada no artigo 11, bem como o reforço da penhora insuficiente.

EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO À CORTE A QUO – ART. 535, II, DO CPC – OMISSÃO – INOCORRÊNCIA – BEM OFERECIDO À PENHORA – INIDONEIDADE – RECUSA – ART. 15, II, DA LEF – AUSÊNCIA DE PRAZO – I - Não há violação do artigo 535, II, do Código de Processo Civil, em razão da rejeição dos embargos declaratórios, quando as questões relevantes ao deslinde da causa foram devidamente enfrentadas, restando expostas as razões de convencimento do órgão julgador a quo. Para a completa prestação jurisdicional, como é cediço, não é necessário se esgotarem todas as teses levantadas pelas partes. II - Constatado que os bens oferecidos à penhora não são idôneos à satisfação da dívida fiscal , é possível, a qualquer tempo, sua recusa, substituição ou seu reforço, consoante o disposto no artigo 15, II, da Lei nº 6.830/80. III - Recurso Especial não conhecido. (STJ – RESP 200701211353 – (955693 RS) – 1ª T. – Rel. Min. Francisco Falcão – DJU 17.09.2007 – p. 00230).

EMENTA: EXECUÇÃO. **PENHORA.** DEPOSITÁRIO. ARTIGO 666 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PEDIDO DE **SUBSTITUIÇÃO** DE DEPOSITÁRIO. A **penhora**, nos termos da legislação vigente, deve ser interpretada também com base na menor gravosidade para o devedor, naquilo em que forem compatíveis. Inexistência de indicativos de que o devedor-depositário, não esteja exercendo o encargo de forma adequada a ensejar a necessidade de **substituição**. ANTE A MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA, É NEGADO SEGUIMENTO DE PLANO AO RECURSO (ART. 557, CAPUT, CPC). (Agravado de Instrumento Nº 70023798382, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rubem Duarte, Julgado em 17/04/2008).

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E FISCAL. EXECUÇÃO FISCAL. OFERTA DE DEBÊNTURES PARA **PENHORA.** RECUSA DO CREDOR. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. A previsão do art. 15 da LEF faculta a **substituição** do bem penhorado, a qualquer tempo, por dinheiro ou fiança bancária. Ofertada debênture, inviabiliza-se a **substituição**. A prescrição do título, por outro lado, legitima a recusa do credor. Jurisprudência do Tribunal de Justiça e do STJ. HIPÓTESE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO AGRAVO. (Agravado de Instrumento Nº 70023783616, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rejane Maria Dias de Castro Bins, Julgado em 10/04/2008).

Contagem dos prazos e jurisprudência:

EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS – REFORÇO DE PENHORA – REABERTURA DO PRAZO – IMPOSSIBILIDADE – 1. O prazo para interposição de embargos à execução fiscal é de 30 dias, contados da intimação da penhora. 2. A ocorrência de reforço de penhora não tem o condão de reabrir o prazo para oferecimento dos embargos, a não ser para impugnar aspectos formais inerentes à penhora, o que não é o caso dos autos. (TRF 4ª R. – AC 2005.72.04.011491-4 – 2ª T. – Rel. Des. Fed. Dirceu de Almeida Soares – DJU 10.01.2007).

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. PRAZO. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO DA PENHORA. ART. 16, III, DA LEI 6.830/80. CONHECIMENTO COMO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO NO CASO CONCRETO. I) Na execução fiscal, o prazo para embargos conta-se da intimação da penhora e não da juntada aos autos do mandado de penhora, no termos do art. 16, III, da Lei n.º 6.830/80. II) Tratando-se de embargos à execução fiscal que abordam questões que exigem dilação probatória, inviável o seu conhecimento como exceção de pré-executividade. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021227152, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch, Julgado em 31/10/2007).

PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. Tendo em vista a novel legislação, bem como a posição majoritária do Primeiro Grupo Cível deste Tribunal admitindo o pronunciamento de ofício da prescrição, reconhece-se a possibilidade de decretação de ofício da prescrição. IPTU. **PRESCRIÇÃO. TRANSCURSO DO PRAZO QÜINQÜENAL.** O IPTU relativo ao exercício de 1995 restou atingido pela prescrição, já que transcorrido período superior a 5 anos desde a constituição do crédito tributário em 1º de janeiro do exercício mencionado até o ajuizamento do feito executivo, 26 de dezembro de 2000, sem que tenha havido a válida citação do contribuinte. Preliminares recursal e contra-recursal rejeitadas, apelo desprovido, decretada a prescrição de ofício. (Apelação Cível Nº 70011826252, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Armando Bezerra Campos, Julgado em 14/06/2006).

Processamento e julgamento dos embargos.
Conexão entre embargos e ação anulatória.

Art. 17. Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o juiz proferirá a sentença no prazo de 30 (trinta) dias.

CPC - Art. 740. Recebidos os embargos, será o exeqüente ouvido no prazo de 15 (quinze) dias; a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido (art. 330) ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. No caso de embargos manifestamente protelatórios, o juiz imporá, em favor do exeqüente, multa ao embargante em valor não superior a 20% (vinte por cento) do valor em execução. (Redação dada ao artigo pela Lei nº 11.382, de 06.12.2006, DOU 07.12.2006, com efeitos a partir de 45 dias da publicação).

Ainda que a Fazenda fique omissa, não respondendo os embargos, contra ela não se registram os efeitos da revelia.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO E FISCAL. **EMBARGOS** À EXECUÇÃO. MATÉRIA DE DIREITO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR E INFRAÇÃO A LEI. NÃO CABIMENTO DO REDIRECIONAMENTO AO SÓCIO. ICMS. CRÉDITOS EXCEDENTES. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DOS HONORÁRIOS. -Versando a demanda exclusivamente sobre matéria de direito não há falar em produção de prova pericial. Feito que comporta o **julgamento antecipado** da **lide**. -Sendo, no caso concreto, os direitos do Estado indisponíveis, os efeitos da **revelia** não o atingem, por força do artigo 320, inciso II, do Código de Processo Civil. -Os sócios-gerentes respondem, pessoalmente, quando agem com excesso de mandato ou, dentro de suas atribuições, procedem com dolo ou culpa ou com violação da lei, ou do estatuto ou do contrato. Inteligência dos artigos 10 do Decreto 3.708/19 e 135, III, do Código Tributário Nacional. -Não é a simples persistência de débitos quando do encerramento das atividades da empresa que levam ao reconhecimento da responsabilidade pessoal do sócio-gerente e sim a sonegação fiscal. -Correção dos créditos de ICMS, efetuada pela empresa, com base em Súmula do Tribunal de Justiça vigente à época. ... (Apelação Cível Nº 70010677664, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leila Vani Pandolfo Machado, Julgado em 01/09/2005)

Art. 18. Caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública manifestar-se-á sobre a garantia da execução.

Audiência da Fazenda Pública antes do leilão.

Art. 19. Não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias:

I - remir o bem, se a garantia for real; ou

II - pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos, indicados na Certidão de Dívida Ativa, pelos quais se obrigou, se a garantia for fidejussória.

Remição no caso de execução garantida por terceiro .

Garantia real.

Garantia fideijussória.

Art. 20. Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento.

Parágrafo único. Quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

STJ – SÚMULA 46 - Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

VIDE CPC.

Arguição de questões preliminares e de mérito perante o juízo deprecado.

Art. 21. Na hipótese de alienação antecipada dos bens penhorados, o produto será depositado em garantia da execução, nos termos previstos no artigo 9º, I.

Arrematação.

- Intimação das partes. STJ 121 - Na execução fiscal, o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão.
- Duplicidade de “licitações” – STJ - 128 - Na execução fiscal haverá segundo leilão, se no primeiro não houver lance superior à avaliação.
- Embargos à arrematação: 10 ou 30 dias?

EMENTA: NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. **EMBARGOS À ARREMATAÇÃO.** INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO LIMINAR. PRAZO. O prazo para a interposição dos **embargos à arrematação** é de **10 dias**, contados da lavratura do auto, independentemente de intimação (arts. 746, § único, c/c 730, ambos do CPC). NULIDADE DA **ARREMATAÇÃO**. INOCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO DO DEVEDOR DA REALIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA POR EDITAL. ADMISSIBILIDADE. MEIO IDÔNEO. INTERPRETAÇÃO DO PARÁGRAFO 5º, ART. 687, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. Cumprindo o ato a sua finalidade, ausente qualquer prejuízo, é de ser admitida a intimação por edital, por prevista no art. 687, na parte final do § 5º, do CPC, qualquer forma de intimação idônea. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70021430962, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Julgado em 12/03/2008)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. **ARREMATAÇÃO** DE BEM IMÓVEL. **EMBARGOS À ARREMATAÇÃO**. PRAZO. TERMO INICIAL. Arrematado o bem em venda judicial, estabelece a lei que será o auto de **arrematação**, que deverá ser firmado pelo juiz, pelo escrivão, pelo arrematante e pelo leiloeiro, com o que se perfectibiliza a venda, lavrado vinte e quatro (24) horas após a realização daquele ato, passando a fluir, da data da lavratura do referido auto, o prazo de dez **(10) dias** para a interposição de **embargos à arrematação**, se o devedor fora intimado das datas da realização da praça, o que implica a intempestividade dos **embargos** interpostos antes da vigência da Lei nº 11.382/2006. Apelo não-provido. (Apelação Cível Nº 70019944321, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alzir Felipe Schmitz, Julgado em 13/12/2007).

STJ – 10 dias REsp 19.629-0-SP/ 30 dias REsp 45.373-9-SP.

- Arrematação por preço vil.

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – ARREMATAÇÃO – PREÇO VIL – 1. Considera-se preço vil se a arrematação ocorrer por menos da metade da avaliação. 2. Caracteriza-se a vileza quando a alienação judicial ocorre por apenas 33,3% do valor do bem. 3. Recurso Especial provido. (STJ – RESP 200700753557 – (938778 SP) – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 08.08.2007 – p. 00372)

Art. 24. A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo juiz, se a diferença for depositada, pelo exequente, à ordem do juízo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Adjudicação.

Adjudicação por preço superior ao crédito exequendo – se o preço da adjudicação for menor do que o crédito exequendo, a Fazenda nada terá que depositar. Mas, se for maior, o deferimento da adjudicação só será feito pelo juiz se a Fazenda depositar a diferença em trinta dias.

Adjudicação e remição.

Auto de adjudicação

Embargos à adjudicação.

Art. 25. Na execução oficial, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

Parágrafo único. A intimação de que trata este artigo poderá ser feita mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.

Intimação dos atos processuais.

•PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – EXECUÇÃO FISCAL – INTIMAÇÃO PESSOAL DO REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA – ART. 25 DA LEI Nº 6.830/80 – INEXISTÊNCIA DE REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA NA SEDE DO JUÍZO – INTIMAÇÃO POR CARTA – POSSIBILIDADE – 1. A intimação pessoal do representante da Fazenda Pública é de rigor no feitos em que figura como interessada, autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida, a teor do que dispõe o art. 38 da Lei Complementar 73/93 e art. 6º da Lei 9.028/75. 2. **O representante judicial da Fazenda Pública deve ser intimado pessoalmente na execução fiscal e, também, nos embargos contra ela opostos. (precedentes do stj: RESP 215551 / PR, Rel. Para acórdão Min. Luiz fux, DJ de 04/12/2006; RESP 595812 / MT, Rel. Min. João Otávio de noronha, DJ de 06/11/2006; RESP 165231 / MG , relator ministro José delgado, DJ de 03.08.1998; RESP 313714/RJ, relator ministro Milton Luiz Pereira, DJ de 11.03.2002)** 3. A intimação pessoal obedece à dicotomia das modalidades de intimação quanto à pessoa do destinatário, enquanto que a intimação por carta decorre da forma de intimação. 4. A ausência de representante judicial da fazenda na Comarca autoriza a intimação por carta. (precedente da 1ª seção: ERESP 743.867/MG) 5. Embargos de divergência a que se nega provimento. (STJ – ERESP 200601126868 – (510163 SP) – 1ª S. – Rel. Min. Luiz Fux – DJU 08.10.2007 – p. 00201).

Intervenção do Ministério Público

STJ - 189 - É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO – AGRAVO REGIMENTAL – EXECUÇÃO FISCAL CONTRA MASSA FALIDA – NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ARTIGO 210, DO DECRETO-LEI 7.661/45 – 1. "Sendo a executada massa falida, afasta-se a incidência da Súmula 189 deste tribunal, sendo necessária a intimação do ministério público na execução fiscal, pois, nos termos do art. 210, da Lei de Falências, o parquet é o curador e fiscal das massas falidas, devendo zelar pelo patrimônio remanescente, em proteção aos interesses sócio-econômicos envolvidos. " (RESP 614262/RJ, Rel. Ministro castro meira, segunda turma, julgado em 23.11.2004, DJ 14.02.2005, p. 172). 2. Agravo regimental não provido. (STJ – AGRESP 200400907607 – (665414 PR) – 2ª T. – Rel. Min. Herman Benjamin – DJU 10.09.2007 – p. 00209).

Art. 26. Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

No caso em que a substituição é realizada após o oferecimento de embargos do devedor, ocasionando-lhe a extinção, como o exequente onerou o executado com a contratação de advogado para oferecer defesa, teoricamente, deveriam ser estabelecidos honorários de sucumbência. Nesse caso, a regra insculpida no art. 26 da LEF não se aplica, pois se refere ao processo de execução em si e não ao incidente, caso em que haveria a condenação da Fazenda em honorários advocatícios nos termos da Súmula nº 153 do STJ. Ocorrida a substituição antes da oposição de embargos ou de qualquer defesa do devedor, a questão não apresenta maiores complexidades. Como a decisão que aceita a substituição ou emenda do título possui natureza interlocutória, não se estaria diante da hipótese prevista no art. 20, caput, do CPC, no qual consta que “a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios”. Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência de nossos tribunais superiores, como não se está diante de sentença, não há falar em condenação em honorários (Ernesto José Toniolo).

Extinção da execução fiscal por cancelamento da inscrição de Dívida Ativa.

STJ – Súmula 153 - A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência.

Art. 27. As publicações de atos processuais poderão ser feitas resumidamente ou reunir num só texto os de diferentes processos.

Parágrafo único. As publicações farão sempre referências ao número do processo no respectivo juízo e ao número da correspondente inscrição de Dívida Ativa, bem como ao nome das partes e de seus advogados, suficientes para a sua identificação.

Art. 28. O juiz, a requerimento das partes, por conveniência da unidade da garantia da execução, poderá ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao juízo da primeira distribuição.

Medidas de economia processual.

Art. 29. A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União e suas autarquias;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e pro rata;

III - Municípios e suas autarquias, conjuntamente e pro rata.

Art. 30. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.

CTN

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

I - o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II - a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e

III - a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados. (NR) (Redação dada ao artigo pela Lei Complementar nº 118, de 09.02.2005, DOU 09.02.2005 - Ed. Extra, com efeitos a partir de 120 dias após a data da publicação)

Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento. (NR) (Redação dada ao caput pela Lei Complementar nº 118, de 09.02.2005, DOU 09.02.2005 - Ed. Extra, com efeitos a partir de 120 dias após a data da publicação)

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata;

III - Municípios, conjuntamente e pro rata.

CONCURSO DE PREFERÊNCIAS

‘O direito de preferência não concede à entidade autárquica federal a prerrogativa de intervir em execução movida pela Fazenda do Estado, a que é estranha, para reivindicar a satisfação preferencial de seu crédito, sem obedecer às formalidades processuais atinentes à espécie. Para instauração do concursus fiscalis impõe-se a pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, devendo, portanto, a autarquia federal, provar haver proposto ação de execução, e que nela tenha restado penhorado o bem anteriormente executado na ação movida pelo Fisco Estadual. Inteligência dos arts. 612 e 711 do CPC.’ (REsp nº 36.862-6/SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 19.12.1994).



Execução fiscal contra devedor falido.

Bens clausulados.

Bem de família.

Art. 31. Nos processos de falência, concordata, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores, nenhuma alienação será judicialmente autorizada sem a prova de quitação da Dívida Ativa ou a concordância da Fazenda Pública.

Prova de quitação em venda judicial.

Anuência da Fazenda Pública à alienação judicial de bens – Sem demonstração de um real ou efetivo prejuízo para o Erário, não pode ser aceita a oposição fazendária à alienação judicial de bens penhorados ou arrecadados.

Art. 32. Os depósitos judiciais em dinheiro serão obrigatoriamente feitos:

I - na Caixa Econômica Federal, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, quando relacionados com a execução fiscal proposta pela União ou suas autarquias;

II - na Caixa Econômica ou no banco oficial da unidade federativa ou, à sua falta, na Caixa Econômica Federal, quando relacionados com execução fiscal proposta pelo Estado, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias.

§ 1º. Os depósitos de que trata este artigo estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais.

§ 2º. Após o trânsito em julgado da decisão, o depósito, monetariamente atualizado, será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do juízo competente.

Depósitos judiciais em dinheiro.

Execução provisória e execução definitiva.

Art. 33. O juízo, do Ofício, comunicará à repartição competente da Fazenda Pública, para fins de averbação no Registro da Dívida Ativa, a decisão final, transitada em julgado, que der por improcedente a execução, total ou parcialmente.

Averbação de sentença no Registro da Dívida Ativa.

Art. 34. Das sentenças de primeira instância proferidas em execução de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á o valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa e juros de mora e demais encargos legais, na data da distribuição.

§ 2º. Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo juízo, em petição fundamentada.

§ 3º. Ouvido o embargado, no prazo de 10 (dez) dias, serão os autos conclusos ao juiz, que, dentro de 20 (vinte) dias, os rejeitará ou reformará a sentença.



Reexame necessário em execução fiscal.

Recursos e duplo grau de jurisdição.

Agravo de instrumento em causas de “alçada”.

Recurso “ex officio” em causa de alçada.

Recurso especial e recurso extraordinário.

Recurso contra cálculo de atualização do débito.

Súmula STF - 640 - É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN'S. RECURSO CABÍVEL – ART. 34 DA LEI Nº 6.830/80 – 1. Nas hipóteses em que o valor da causa seja inferior a cinquenta ortn's, apenas são cabíveis os recursos de embargos infringentes e embargos de declaração para atacar decisão de primeira instância. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – RESP 200701750684 – (971231 RS) – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 25.09.2007 – p. 00234)

EXECUÇÃO FISCAL – VALOR DE ALÇADA PREVISTO NO ART. 34 DA LEI 6.830/80 – O RECURSO CABÍVEL QUANDO ULTRAPASSADO TAL VALOR É A APELAÇÃO E NÃO OS EMBARGOS INFRINGENTES – QUANTIFICAÇÃO DO VALOR ADEQUADO PARA EFEITO DE ALÇADA – CABIMENTO DE APELAÇÃO NO CASO CONCRETO – Tratando-se de execução com valor inferior ao previsto no art. 34 da Lei 6.830/80, inadmissível a utilização de apelação ou mesmo reexame necessário da sentença porque os recursos cabíveis são os embargos infringentes ao julgado e os embargos de declaração. Quando o valor da execução, à data da propositura da ação, ultrapassa o valor de alçada, o recurso cabível é apelação. Necessidade de verificação no caso concreto porque a ORTN foi substituída pela OTN, e posteriormente pela BTN e UFIR, que manteve seu valor histórico quando foi extinta e houve a desindexação da economia, significando que as 50 ORTNS correspondem a 308,50 UFIRS, ou R\$ 328,27. No caso, como o valor executado é superior ao valor de alçada, o recurso cabível é a apelação, devendo ser modificada a decisão recorrida. Precedentes do TJRGS e STJ. Agravo de instrumento provido liminarmente. (TJRS – AGI 70013844642 – 22ª C.Cív. – Rel. Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro – J. 21.12.2005)

28. Em execução fiscal de valor inferior ao disposto no art. 34 da Lei nº 6.830/80, os recursos cabíveis são embargos infringentes e declaratórios, qualquer que seja o fundamento da sentença.

Referência: Uniformização de Jurisprudência de nº 70010405827, em 23 de maio de 2005. Órgão Especial. Publ. DJ nº 3111, de 27.05.2005, p.2.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO AGRAVADA – FUNDAMENTO INATACADO – SÚMULA 182/STJ – EXECUÇÃO FISCAL – VALOR DE ALÇADA – 50 ORTN'S. SÚMULA 7/STJ – RECURSO CABÍVEL – ARTIGO 34 DA LEI 6.830/80 – 1. Ante o disposto na Súmula 182/STJ, "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". 2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial" (Súmula 7/STJ). 3. "Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) obrigações reajustáveis do tesouro nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração (art. 34 da Lei 6.830/80)" – AGA 425.293/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU 28.03.05. 4. Agravo regimental não provido. (STJ – AGA 200701034688 – (915050 PR) – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 04.10.2007 – p. 00222)

EMENTA: DECISÃO MONOCRÁTICA. **AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL.** CABIMENTO DE RECURSO. VALOR SUPERIOR A 50 ORTNS. Não é cabível a interposição de recurso de apelação contra a decisão que põe fim à **execução fiscal** cujo valor era inferior ao correspondente a 50 ORTNS na data do ajuizamento da ação, consoante o limitador insculpido no art. 34 da LEF. Valor de alçada definido em ORTNS que, após as sucessivas substituições de indexadores, deve ser convertido para reais e, daí em diante, corrigido pelo IGP-M, obstando-se os corrosivos efeitos da desatualização da moeda. Precedentes específicos da Câmara. **AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.** (Agravo de Instrumento Nº 70023858269, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado em 15/04/2008).

Art. 35. Nos processos regulados por esta lei, poderá ser dispensada a audiência de revisor, no julgamento das apelações.

Art. 36. Compete à Fazenda Pública baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa respectiva, em juízo ou fora dele, e aprovar, inclusive, os modelos de documentos de arrecadação.

Art. 37. O auxiliar de Justiça que, por ação ou omissão, culposa ou dolosa, prejudicar a execução, será responsabilizado, civil, penal e administrativamente.

Parágrafo único. O oficial de Justiça deverá efetuar, em 10 (dez) dias, as diligências que lhe forem ordenadas, salvo motivo de força maior devidamente justificado perante o juízo.

Art. 38. A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo único. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

Outras ações do devedor em torno da Dívida Ativa.

STJ Súmula 112 - O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

Registre-se, por oportuno, que, diferentemente do afirmado pelo recorrente, não consta dos autos suposto condicionamento ao exercício da ampla defesa ou ao acesso ao poder judiciário, conforme previsto no artigo 38 da Lei 6.830/80, uma vez que a decisão proferida limitou-se a indeferir o requerimento de suspensão da exigibilidade do crédito tributário mediante a prestação de fiança bancária para fins de expedição de certidão de regularidade fiscal, consoante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual se o contribuinte "optar por outorga de garantia, há de fazê-lo pelo modo exigido pelo legislador: O depósito em dinheiro do valor do tributo questionado (STJ - RESP 575.002/SC, DJ 26.09.2005, p. 182)".

Depósito preparatório do valor não é condicionante da procedibilidade da ação anulatória (STF, 1ª Turma, RE 103.400 – SP. El. Min Rafael Mayer – 10-12-1984).

Ação anulatória e execução fiscal.

EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. Não há conexão entre ação **anulatória** de débito e a **execução** fiscal não **embargada**, até porque não se pode cogitar de decisões conflitantes entre ambas. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO. (Agravo de Instrumento Nº 70017910852, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 08/08/2007).

X

Proposta a ação anulatória de débito fiscal, com depósito cautelar do valor discutido, fica a Fazenda Pública impedida de promover a competente execução fiscal (STJ 1ª T. REsp. 4.089/SP Min. Peçanha Martins)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA – JUÍZES DE MESMA BASE TERRITORIAL SEM PERTENCEREM À VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÕES FISCAIS – CONEXÃO DE AÇÕES – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA – PREVENÇÃO – 1. Na hipótese de a competência territorial, material e funcional dos juízes em conflito ser a mesma, existindo conexão entre a ação anulatória de débito fiscal e a execução fiscal, deve haver a reunião dos processos para julgamento conjunto dos feitos no juízo que despachou em primeiro lugar. **Precedentes do STJ no sentido de entender conexas as ações de execução fiscal, com ou sem embargos, e a ação anulatória de débito fiscal, recomendando o julgamento simultâneo de ambas.** 2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o juízo suscitante. (TRF 4ª R. – CC 2006.04.00.031172-0 – 1ª S. – Rel. Des. Fed. Otávio Roberto Pamplona – DJU 24.01.2007)

X

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA E EXECUÇÃO FISCAL. CONEXÃO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. 1. **Não há conexão entre a ação de nulidade do título e a execução fiscal não embargada. Hipótese em que não há comprovação da existência de embargos à execução em andamento.** 2. O simples ajuizamento de ação anulatória não tem o condão de suspender a execução fiscal. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, neste caso, depende da ocorrência de uma das hipóteses do artigo 151 do Código Tributário Nacional. Precedentes do STJ. Negado seguimento ao recurso por ato do Relator. Art. 557 do Código de Processo Civil. (Agravado de Instrumento Nº 70017845678, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 30/11/2006).

Art. 39. A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independará de preparo ou de prévio depósito.

Parágrafo único. Se vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

Despesas processuais e sucumbência.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO PROFERIDA NOS TERMOS DO ART. 557 DO CPC. TRIBUTÁRIO. **EXECUÇÃO FISCAL**. EXTINÇÃO DO FEITO. ISENÇÃO DE **CUSTAS** PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. CABIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. **39** DA LEF. INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO DO DEVEDOR. I - O disposto no artigo 557 do CPC, sobre alcançar os recursos arrolados no artigo 496, bem como a remessa necessária (art. 475), tem como escopo desobstruir as pautas dos Tribunais, permitindo ao Relator apreciar o recurso por meio de decisão singular quando a sentença estiver amoldada com a jurisprudência do próprio Tribunal ou dos Tribunais Superiores. Porque substitui o julgamento pelo órgão colegiado, do qual atua o relator como espécie de porta-voz, a decisão proferida nos termos do artigo 557 do CPC, com a redação que lhe deu a lei 9.756/98, enseja a interposição de recurso especial e/ou extraordinário. II - O artigo **39** da Lei das Execuções Fiscais estabeleceu regra segundo a qual a Fazenda Pública e suas autarquias não pagam **custas processuais** e emolumentos; deverão, sim, se vencidas, ressarcir o valor das despesas feitas pela parte vencedora, atento ao princípio da sucumbência. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70023222458, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 04/04/2008)

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. **CUSTAS PROCESSUAIS** ESTADUAIS: NÃO MAIS TEM APLICAÇÃO, DIANTE DO ART. 151, III, DA CF/88, OS ARTS. 26 E **39** DA LEI Nº 6.830/80. Segundo entendimento pacificado desta 2ª Câmara Cível, são devidas as **custas processuais** pela Fazenda Pública credora (exeqüente) na hipótese de vir ela a desistir da ação de **execução**, inclusive na hipótese de vir a receber diretamente, fora do Juízo, os valores sob cobrança. É que, diante do inc. III do art. 151 da Constituição Federal, que veda à União conceder isenção a tributos alheios à sua competência institucional, não mais tem aplicação, em relação às **custas processuais** estaduais, o disposto no art. 26 da Lei nº 6.830/80 (segundo o qual “se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a **execução fiscal** será extinta, sem qualquer ônus para as partes”), nem mesmo o disposto no art. **39** da mesma lei, porquanto tais ônus são verdadeiros tributos, na espécie taxa, configurando a sua dispensa os mesmos efeitos da isenção, que, nos termos do art. 176 do Código Tributário Nacional, somente lei específica do ente tributante pode conceder, inexistente no Rio Grande do Sul para os fins citados. **DECISÃO: RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70022922793, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em 12/03/2008)

Dispensa de antecipação de despesas processuais.

Sucumbência do devedor.

Art. 40. O juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrado bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º. Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrado bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º. Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (NR) (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 11.051, de 29.12.2004, DOU 30.12.2004)

§ 5º A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4º deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. [\(Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009\)](#)

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

O art. 40 da Lei nº 6.830/80 é silente quanto ao prazo máximo da suspensão do curso da execução. Todavia, cumpre afastar interpretação que a identifique à imprescritibilidade. Analogicamente, considerar-se-á o prazo de um ano” (STJ, 2ª T., REsp 6.783/RS, Rel. Min. VICENTE CERNICCHIARO, ac. de 17.12.1990, DJU, 4 mar. 1991, p. 1981. Assim também: STJ, 1ª T., REsp 1.942/PR, Rel. Min. JOSÉ DE JESUS FILHO, ac. de 05.11.1990, DJU, 17 dez. 1990, p. 15342).

Tributário. Execução fiscal. Prescrição. 1. O art. 40 da Lei nº 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do Código Tributário Nacional. 2. Repugna aos princípios informadores do nosso sistema tributário a prescrição indefinida. 3. Há de, após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada, se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes. 4. Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, nele não incluídos os do art. 40 da Lei nº 6.830/80. 5. Há de ser sempre lembrado que o art. 174 do CTN tem natureza de lei complementar.” (STJ, 1ª Seção, EmbDiv no REsp 35540-96/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, J. 16.12.1997, DJU 06.04.1998, p. 6 - grifei).

O entendimento de que a LEF deve ser compatibilizada com o CTN está consolidado no STJ, como se depreende de acórdão recentíssimo - agosto de 2005 -, cuja ementa transcrevemos:

“O art. 40 da Lei nº 6.830/80 deve ser aplicado em harmonia com o art. 174 do CTN, ocorrendo a prescrição após o transcurso do prazo quinquenal sem manifestação do credor. Precedentes: REsp 125.504/PR, 2ª T., Min. JOÃO OTÁVIO NORONHA, DJ 12.05.2003; REsp 331.484/PE, 1ª T., Min. LUIZ FUX, DJ 27.05.2002; AGREsp 439.560/RO, 1ª T., Min. PAULO MEDINA, DJ 14.04.2003; AGEDAG 446.994/RJ, 1ª T., Min. JOSÉ DELGADO, DJ 10.03.2003.” (REsp 708.234/MG, 1ª T., Min. TEORI ZAVASCKI, J. 16.08.2005, DJ 05.09.2005)

Notamos que os autores que usaram a jurisprudência como fonte de pesquisa ensinam, há tempos, que os processos de execução fiscal só devem permanecer inertes, após suspensos, pelo prazo de cinco anos. Assim o processualista HUMBERTO THEODORO JÚNIOR precisou bem a solução dada pela Jurisprudência:

“Em razão do regime especial de suspensão do curso da execução fiscal previsto pelo art. 40 da Lei nº 6.830 para ocorrer antes da citação do devedor, quando este não é localizado, surgiu a necessidade de evitar-se a interpretação literal, pois esta acabaria provocando a aberração de criar-se direito obrigacional imprescritível em favor da Fazenda Pública. A perplexidade inicial foi, todavia, inteiramente superada pela exegese jurisprudencial.”

Prosseguindo, completa especificamente sobre a prescrição intercorrente:

“Hoje, pode-se dizer tranquilo o entendimento jurisprudencial de que a Fazenda Pública não pode abandonar a execução fiscal pendente sem correr o risco da prescrição intercorrente, desde é claro que a paralisação dure mais do que o quinquênio legal.

Após o Superior Tribunal de Justiça haver consolidado sua jurisprudência, nos termos em que o STF havia feito quase 20 anos antes, foi promulgada lei que explicitou a prescrição intercorrente. A Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, art. 6º, acrescentou um parágrafo quarto ao art. 40 da LEF:

“§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.”

STJ Súmula - 314 - Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

O art. 40 da Lei de Execuções Fiscais previu o arquivamento do processo sem baixa na distribuição, mantendo-o ativo, após um ano da suspensão do feito, quando não localizados o devedor ou seus bens. Contudo, o dispositivo não estipulou um prazo para esse arquivamento.

Surgiram alguns entendimentos interpretativos, prevalecendo na jurisprudência aquele que o compatibiliza com o art. 174 do Código Tributário Nacional, considerando que ocorrerá a prescrição intercorrente se o arquivamento se prolongar por mais do que cinco anos. Nesse sentido, a Lei nº 11.051/04 positivou o consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça. Este, inclusive, editou a Súmula nº 314.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE OFÍCIO – ART. 40, § 4º, DA LEF – SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL – 1. "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente" (Súmula 314/STJ). 2. Não se conhece do apelo raro nos casos em que não são observadas as formalidades exigidas pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ. 3. Recurso Especial conhecido em parte e não provido. (STJ – RESP 200701115829 – (952206 PE) – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 01.10.2007 – p. 00264).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – ART. 40, § 4º, DA LEF – PRESCRIÇÃO – POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO – INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – 1. É cediço que, para o conhecimento do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, se faz necessário que a norma infraconstitucional tida como contrariada tenha sido objeto de análise pela instância de origem, sob pena de não ser conhecido por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF. 2. "inadmissível Recurso Especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo (Súmula 211/STJ). 3. Tratando-se de execução fiscal, a partir da Lei nº 11.051/04, que acrescentou o § 4º ao art. 40 da Lei nº 6.830/80, pode o juiz decretar de ofício a prescrição, após ouvida a Fazenda Pública exeqüente. 4. Para que possa ser decretada a prescrição de ofício, é necessário que a Fazenda Pública seja intimada. 5. Recurso Especial conhecido em parte e provido. (STJ – RESP 200701466074 – (964188 RS) – 2ª T. – Rel. Min. Castro Meira – DJU 19.09.2007 – p. 00262).

Art. 41. O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões, que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem trasladadas.

§ 1º Recebidos os autos, o juiz mandará extrair, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, certidões ou reproduções fotográficas das peças indicadas pelas partes ou de ofício; findo o prazo, devolverá os autos à repartição de origem. (Antigo parágrafo único renomeado pela Lei nº 11.419, de 19.12.2006, DOU 20.12.2006, com efeitos a partir de 90 dias da publicação)

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado.(NR) (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 11.419, de 19.12.2006, DOU 20.12.2006, com efeitos a partir de 90 dias da publicação)

- Requisição e Reprodução de peças e do procedimento administrativo.

Art. 42. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

OBRIGADO!



GEPAM



@gepamconsultoria



GEPAM – Gestão Pública



(18) 3521- 5386



gepam@gepam.adm.br

